

RELENDO CASA-GRANDE & SENZALA

Luiz Carlos Bresser Pereira

Freyre, Gilberto (1933) *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992. Primeira edição, 1933.

Casa-Grande & Senzala, de Gilberto Freyre, além de um extraordinário ensaio sociológico sobre a identidade nacional brasileira, é uma notável obra literária. Parte do seu prestígio deve-se a suas qualidades estilísticas, ao vigor e brilho com a qual o autor descreve a vida colonial, mas a razão principal que o explica é constituir-se em obra ideológica fundamental da nação brasileira enquanto a define como nação mestiça, fruto da miscigenação do português com o índio e o negro. É difícil classificar este livro notável, mas há nele um elemento essencial de história do quotidiano, que o transforma em um precursor da abordagem da escola de estudos históricos dos *Annales*. Freyre descreve com uma infinita riqueza de pormenores alguns aspectos da vida colonial. Sua preocupação básica é com o sexo e a miscigenação, mas ele trata também da vida familiar, da alimentação, da educação, das crenças relacionadas à educação das crianças, e de uma infinidade de outros temas.

A vida ou a formação colonial brasileira é apresentada como “um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominante sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo”. (p.53)

Mas não se imagine que dos antagonismos surja a guerra. Pelo contrário, o que temos essencialmente é a “harmonia”. “Entre tantos antagonismos contundentes, amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os, (temos) condições de confraternização e de mobilidade social peculiares ao Brasil: a miscigenação...” (p.54) “Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um aproveitamento de valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado”. (p.91)

Nada mais agradável de ler ou ouvir do que estas palavras para as elites brasileiras de todos os tipos. Não é apenas o nosso caráter mestiço que se legitima. É todo o “caráter” nacional: flexível, harmonioso senão fraterno. Havia por parte das elites brasileiras um complexo de inferioridade de base racista. Gilberto Freyre resgata a miscigenação, e a transforma, com propriedade e coragem, no fundamento da formação social brasileira. E permite que as elites brasileiras passem a se orgulhar de seu “pé na cozinha”.

Mas Freyre paga um preço por essa tese. Embora afirme e reafirme que “não nos interessa, porém, senão indiretamente, neste ensaio o aspecto econômico ou político da colonização portuguesa do Brasil” (p.199), o fato é que seu livro tem implicações econômicas e políticas profundas. Para afirmar sua tese da harmonia social e racial, Freyre transforma a colonização portuguesa em um grande êxito, e os colonizadores portugueses em heróis que “triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidade de permanência... pela hibridização realizaram no Brasil obra de verdadeira colonização, vencendo as adversidades do clima” (12-13).

Ora, o triunfo português é muito relativo. No final da colonização portuguesa o Brasil era um país pobre, quando comparado com os países europeus mais avançados e com os Estados Unidos, embora talvez menos pobre do que Portugal.

Por outro lado, onde estão os demais imigrantes: os italianos, os alemães, os sírio-libaneses, os japoneses? Onde está o elogio dessa segunda miscigenação? Ausente, porque naquele momento em que Freyre escrevia as elites brasileiras mantinham um forte preconceito contra os imigrantes. Como, aliás, também mantinham em relação aos negros, embora se orgulhassem de, longinquamente, deles também descenderem.

Freyre mostra a semelhança da colonização portuguesa com a inglesa do Sul dos Estados Unidos (prefácio). Por outro lado, faz a distinção com a colonização inglesa nos EUA, que encontrou clima frio semelhante ao inglês, e a colonização portuguesa que irá enfrentar um clima tropical. E, com brilho, ridiculariza o complexo de superioridade nórdico. Os anglo-americanos, definidos por um certo Bogart como um “virile, energetic people” fracassaram nas suas tentativas de colonização dos trópicos enquanto os “weak, easy loving” portugueses tiveram êxito. (p. 16)

É agradável aos brasileiros essa leitura. Fortalece nossa identidade, agrada nosso ego. Mas para sustentar sua tese, Freyre dirá que o português, como os ingleses no caso dos Estados Unidos, virão para o Brasil para colonizá-lo, para povoá-lo, portanto. Virão com suas famílias, ou aqui as constituirão com índias e negras ou mestiças. A família colonial, latifundiária, será a base da formação social brasileira, “constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América”. (p. 19)

Ora, ao adotar esse ponto de vista, Freyre recusa a distinção que Caio Prado Jr. faria com grande brilho na sua *História Econômica do Brasil*, das três formas de colonização: de feitoria, de colonização de exploração capitalista mercantil, e de povoamento. A verdadeira colonização de povoamento é realizada pelos ingleses na Nova Inglaterra; no Brasil a colonização é mercantil, e só acaba por ser também povoadora a contra-gosto, como uma injunção dos fatos.

Freyre reconhece a pouca familiaridade dos portugueses com a agricultura, e o caráter mercantil de seu país. Diz ele: “É verdade que muitos dos colonos que aqui se tornaram grandes proprietários rurais não tinham pela terra nenhum amor nem gosto pela cultura. Há séculos que em Portugal o mercantilismo burguês e semita, por um lado, e, por outro lado, a escravidão moura sucedida pela negra, haviam transformado o antigo povo de reis lavradores no mais comercializado e menos rural da Europa... Para os portugueses o ideal teria sido não uma colônia de plantação mas outra Índia com que israelitamente comerciassem em especiarias e pedras preciosas”. (p.23-24)

Os três pilares da colonização portuguesa para Freyre, seguindo Ruediger Bilden, serão a miscigenação, o latifúndio e a escravidão. Foi possível, “sobre tais alicerces, a fundação e o desenvolvimento de grande e estável colônia agrícola nos trópicos” (p. 18). Mas onde está a crítica do latifúndio, da escravidão, e do mercantilismo? Ausentes.

O segundo capítulo, sobre o papel dos indígenas na formação social brasileira permite a Freyre desenvolver sua tese apoiada na miscigenação. A miscigenação continua central, mas, neste capítulo, assume caráter de verdadeira “intoxicação sexual”, que, segundo Freyre, teria caracterizado o primeiro século de colonização. (p.93)

A idéia geral do capítulo é simples: os homens índios foram inúteis, porque, provindos de povo nômade, e não tendo hábito do trabalho, que era realizado pelas mulheres, não se sujeitaram ou, melhor, não tiveram competência para serem escravos; já as mulheres índias foram muito úteis como procriadoras caboclas. Oferecidas, “de pernas abertas” para o colonizador português, supriram o grande problema da colonização: a falta de mulheres brancas. Assim, a mulher índia será a base da família brasileira. Enquanto a contribuição do homem índio para a agricultura foi insignificante.

Entretanto, a partir principalmente do São Paulo, e relacionado com as bandeiras, vemos que “índios e mamelucos formaram uma muralha movediça, viva, que foi alargando em sentido ocidental as fronteiras coloniais do Brasil, ao mesmo tempo que defenderam, na região açucareira, os estabelecimentos agrários dos ataques de piratas estrangeiros... A enxada é que não se firmou nunca na mão do índio nem do mameluco”. (p. 95)

O índio não era livre, como às vezes se pinta, pois vivia cheio de medos. Para o índio o contato com o branco foi dissolvente. Mas, ao contrário do que aconteceu com os espanhóis e ingleses, os índios não foram simplesmente dizimados. De qualquer forma, morreram muitos índios. Houve despovoamento.

Os jesuítas, que Freyre critica sempre que pode, assim como os judeus, teriam sido os principais responsáveis (desse despovoamento?). Sua influência teria sido “deletéria” senão “letal”. p.111. Freyre não ignora que quem escravizava os índios e os matava eram os portugueses e mamelucos, os bandeirantes paulistas, a serviço dos plantadores de açúcar. Os portugueses legitimaram sua violência contra os índios considerando-os hereges, e chamando-os de “bugres” – que, como ou pior do que o termo “gentio”, estava “impregnado da mesma idéia pegajosa de pecado imundo”. Os portugueses, escravocratas, consideravam os índios escravos “peças”. Freyre admite mesmo que os jesuítas defenderam os índios contra essa violência. (p. 147) Mas insiste no caráter artificial das missões jesuítas. Na passagem de seu trabalho missionário de uma fase heróica para outra comercial. E na sua condenação veemente. (p. 154), inclusive porque nunca defenderam as negras como defenderam as índias (p.427).

Na verdade, o partido de Freyre é muito claro: são os senhores de engenho, que, em certos momentos, ele identifica com os cafeicultores. São, portanto, os senhores de escravos. Estes são seus heróis. Estes são seus “aristocratas”: “A colonização do Brasil se processou aristocraticamente” (p. 190); “O aristocrata brasileiro do litoral de Pernambuco e do Recôncavo...” Quem for de alguma forma contra eles – e os jesuítas o foram – serão seus inimigos.

Freyre distingue os jesuítas das demais ordens. Enquanto os padres destas ordens se acomodam ao domínio e servem os senhores de engenho, participam do processo geral de miscigenação, os jesuítas os desafiam. Freyre observa o fato, e não o perdoa. O trabalho missionário é centrado no curumim, o menino índio. O capítulo tem também interessantíssimas informações sobre natureza de cultura índia, e sobre a influência índia sobre a cultura brasileira.

O terceiro capítulo, “O Colonizador Português: Antecedentes e Predisposições”, apresenta uma fascinante análise das origens sociais dos portugueses. Mas volta a suas teses centrais – o elogio da miscigenação, o êxito da colonização, as grandes qualidades dos portugueses, o caráter aristocrático da colonização. E faz uma análise equivocada e contraditória da decadência portuguesa, que atribui ao mercantilismo e ao abandono da agricultura. Ora, Portugal só foi grande, no século XV até meados do XVI, enquanto foi a primeira nação burguesa e comercial da Europa. Como ele próprio reconhece, “estancadas as fontes asiáticas de opulência”, o país decaiu. (p. 191) Não obstante, Freyre insiste no capítulo em criticar a orientação comercial tomada por Portugal. E quem são os culpados? Os judeus: “agrária a sua formação nacional, depois pervertida pela atividade comercial dos judeus e pela política imperialista dos reis”, estes associados aos judeus. (Freyre usa imperialista por colonialista). (p.231).

Há no capítulo excelente análise da influência árabe e do papel da cultura moçárabe (árabes convertidos ao cristianismo) na cultura portuguesa. Há também o elogio das grandes corporações religiosas, com exceção dos jesuítas.

E há uma frase muito significativa sobre o patrimonialismo burocrático de Portugal, ou de como a monarquia valeu-se de uma classe média de letrados para libertar-se das pressões do clero e dos antigos senhores territoriais. A frase, citada de Varnhagen, é a seguinte:

Essa magistratura letrada, por seu saber, por seus enredos, sua atividade, sua loqüela e a proteção que lhe davam as Ordenações, redigidas por indivíduos de sua classe, vem, pelo tempo adiante, a predominar no país, até alistar-se no número de seus primeiros aristocratas, depois de haver em geral hostilizado a classe antes de chegar a ela.” (p. 229).

Finalmente, há neste capítulo a justificação quase explícita da escravidão. “No caso brasileiro, porém, parece-nos injusto acusar o português de ter manchado, com instituição que hoje tanto nos repugna, sua obra grandiosa (sic) de colonização tropical. O meio e as circunstâncias exigiriam o escravo... Para alguns publicistas foi um erro enorme (escravizar o negro). Mas nenhum nos disse até hoje que outro método de suprir as necessidades do trabalho poderia ter adotado o colonizador português no Brasil... Tenhamos a honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu. Só a casa-grande e a senzala. O senhor de engenho rico e o negro capaz de esforço agrícola e a ele obrigado pelo regime de trabalho escravo” (p.242-244).

Freyre é um mestre da dialética. Esta é provavelmente um dos seus segredos. Uma das razões pelas quais seu ensaio é tão notável. Ele trata de um tema imensamente complexo: a sociedade no Brasil colonial e imperial. E para isto ele faz afirmações contraditórias, mas todas elas com elementos importantes de verdade. Não é apenas que a escravidão é terrível mas necessária. Não é apenas que houve grande harmonia entre brancos e negros. Em tudo a dialética está presente. Mas não se tenha dúvida, uma dialética eivada de ideologia conservadora e justificadora.

Depois de narrar os horrores a que os senhores e, principalmente, as sinhás, infligiam a seus escravos, e de defender as negras e mulatas contra a acusação de terem corrompido os brancos, afirma Freyre com grande clareza: “A verdade, porém, é que nós é que fomos os sadistas, o elemento ativo na corrupção da vida de família; e moleques e mulatas, o elemento passivo” (p. d379). O que não o impede, algumas páginas além afirmar com toda sem-cerimônia, a “tendência genuinamente portuguesa e brasileira, que foi sempre no sentido de favorecer o mais possível a ascensão social do negro” (p.415).

Os dois últimos capítulos de *Casa-Grande e Senzala* examinam com grande inteligência e riqueza de informações o escravo no vida sexual e de família dos

brasileiros. A miscigenação continua central, uma tese interessante é a do caráter de seleção eugênica tomada por ela: os senhores escolhiam as escravas mais sadias e mais bonitas para cruzarem. Os padres, exceto os jesuítas, também procriaram à vontade, produzindo muitas vezes uma elite mulata.

Mas há muito mais nestes capítulos finais: higiene ou sua falta, medicina e saúde, indolência, adoção pelas famílias escravas do nome de seus senhores, o amolecimento da língua portuguesa exemplificado no “me diga” ao invés do “diga-me”, o furor nativista dos senhores adotando nomes indígenas depois da Independência, testamentos, alforrias nos testamentos, enterros, analfabetismo das senhoras e sua virtude (discutível), prostituição das negras a serviço dos senhores. E sobre este tema uma frase notável: “a virtude da senhora branca apoia-se em grande parte na prostituição da escrava negra” (p.450).

Em síntese, um grande livro. Um livro que ajudou poderosamente a definir a identidade nacional brasileira. Um livro conservador, mas corajoso. Um livro radicalmente contrário ao racismo, mas legitimador da escravidão. Um livro que nos dá uma visão extraordinária daquilo a que se propôs – a vida social e sexual na Colônia e no Império – mas uma visão equivocada da economia desse período. Que nos informa de um grande êxito que não houve, que ignora que a origem do subdesenvolvimento brasileiro está na Colônia e na primeira metade do século dezanove, ou seja, está na colonização mercantil do Brasil. Freyre conhece a alternativa, chega a citar Varnhagen, que criticou o sistema latifundiário e escravocrata, e defendeu a colonização de povoamento (p.243), mas acaba por ser o grande ideólogo do latifúndio e da escravidão no Brasil, e do senhor de engenho que a comandou.